

Acervo ISA  
**CEDI**

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Jornal do Brasil*

Class.: 06

Data: 22/01/70

Pg.: 22

## Militares vêm atentado contra índio

JB - 70/1/22 - 1.º pg 12

José Leão Filho  
Enviado especial

Vilhena, Rondônia — Seis praças do Exército e dois agentes da Polícia Federal, numa operação comandada pelo inspetor Nobel Cuiabano, estão vasculhando milhares de quilômetros em Mato Grosso e no Território de Rondônia, à procura de pessoas denunciadas pela Fundação Nacional do Índio como autores de vários atentados contra o patrimônio e a integridade dos índios da região.

Entre os denunciados, estão o pastor norte-americano Dunder Kisman, da South American Indian Mission, e o linguista Iran, do Summer Institute of Linguistics. Sobre os dois pesa a acusação de terem invadido malocas dos nhamibiquaras, confiscando objetos e artefatos dos índios e os incinerando na presença destes, sob a alegação de que se trata de "coisas do demônio".

### CARAVANA

A chegada dos militares e policiais a este lugarejo da rodovia Brasília—Acre, coincidiu com a presença aqui de 11 jornalistas brasileiros e quatro da televisão norte-americana, convidadas a visitar o Parque Indígena de Aripuanã, onde se desenvolve a fase inicial da pacificação dos cintas-largas.

O convite, que se relaciona com o desejo do Presidente da República de desmentir as notícias sobre genocídio contra os índios, partiu do presidente da Funai, Sr. José de Queirós Campos, que acompanhou a caravana juntamente com o delegado do órgão em Mato Grosso e Rondônia, Sr. Hélio Jorge Becker, o sertanista Francisco Meireles e dois médicos da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Partindo de Brasília, o grupo veio até Vilhena num avião C-47 da Funai. Daqui, em três táxis-aéreats fretados pela Fundação, seguiu para o Norte, rumo ao Acampamento 7 de Setembro — posto avançado da expedição de Francisco Meireles, 169 quilômetros a Leste da Brasília—Acre, no coração do território dos Cintas-Largas. Os aviões, no entanto, tiveram de voltar, pois a pista de pouso recém-aberta na selva e ainda não inaugurada se apresentava em péssimas condições, devido às fortes chuvas caídas na véspera.

Frustrado o objetivo — e sobretudo porque os norte-americanos insistiam em filmar índios na área — nova decolagem foi feita mais para Leste, com destino ao acampamento instalado junto a uma aldeia nhamibiquara pela South American Indian Mission, que ali mantém um pastor e sua família. Os jornalistas estrangeiros esperavam que o religioso lhes desse bom depoimento sobre o "Masacre de Índios."

Resultado: o avião em que viajavam os norte-americanos perdeu a rota e teve de regressar; os dois outros aparelhos atingiram o objetivo, mas um deles, ao pousar no campo semi-abandonado, foi atraído fora da pista pelo capim alto, e um fotógrafo machucou o pé no acidente e o pastor estava ausente, viajando para Culabá.

### DESTRUIÇÃO

A ação da Polícia Federal na região — que se desencadeia pouco depois de o Presidente Garrastazu Médici ter manifestado preocupação sobre o noticiário estrangeiro sobre os índios no Brasil — vem atender a múltiplas e sucessivas denúncias formuladas pela Delegacia da Funai em Culabá, a última das quais em 1968.

Quando chegou a Vilhena, o contingente policial vinha de Rondonópolis, Mato Grosso, onde o inspetor Nobel Cuiabano, após tomar vários depoimentos, mandou instaurar inquérito

contra pessoas envolvidas em práticas de destruição da floresta e da fauna, na área onde vivem os bororos, da reserva indígena de Teresa Cristina, na zona do rio São Lourenço, 250 quilômetros a Sudoeste de Culabá. Antes, os policiais estiveram no Posto Gomes Carneiro, um dos três que o Governo federal mantém na reserva desde o tempo do extinto Serviço de Proteção aos Índios. Os outros dois são de Galdino Pimentel e Piebaga.

### COMPROVAÇÃO

Em Gomes Carneiro, foram amplamente comprovadas as denúncias da Funai. Aventureiros de toda a espécie, caudatários ou aderentes de proprietários de empresas, que se instalam na área com proteção política ou apoio financeiro oficial — e mesmo prepostos desses proprietários e empresas — vêm devastando matas e aniquilando as reservas de caça e pesca dos índios, tudo devido a uma situação anômala que a Funai, por si mesma, não pode corrigir no momento.

Exemplo típico do problema é o caso de um homem cujo trator, ao iniciar a travessia de uma ponte na estrada que liga dois dos postos, quebrou parte do madeirame e lá ficou entalado. A solução que o proprietário encontrou para tirar a máquina foi destruir a ponte toda. Depois, às sucessivas interpeleções das autoridades responsáveis pelos índios, respondia simplesmente que nada faria para restaurar a ponte. Agora, em Rondonópolis, fez uma promessa fervorosa aos policiais: reconstruirá a ponte imediatamente. Meses assim, será incluído no inquérito mandado instaurar pelo inspetor Nobel Cuiabano.

### PARTILHA

O problema da reserva de Teresa Cristina configura uma história melancólica, cujos vilões, segundo antigos funcionários do ex-SPI, são em grande parte pessoas importantes que ainda hoje fulguram na vida pública. As terras da reserva, onde atualmente vivem cerca de 160 remanescentes dos bororos que ali habitavam há séculos, foram declaradas propriedade dos índios no fim do império pelo então Governador da Província de Mato Grosso, Alvaro Rodvalho Reis. Coube ao major Candido Rondon, em 1903, fazer a demarcação, quando estendia a linha telegráfica na região.

Inicialmente, cumprindo uma de suas atribuições na época, o Exército cuidou da catequese dos índios na área, estabelecendo as primeiras frentes de contato com os nativos. Depois, com o advento do SPI, este assumiu e consolidou a presença do Governo federal, mantendo e desenvolvendo o trabalho de assistência nos três postos da reserva. Mas, um dia, a especulação imobiliária descobriu a selva. E em 1932 o Governo de Mato Grosso, estranhamente, começou a expedir títulos de domínio sobre o território da reserva, em favor principalmente de políticos e seus afluídos.

O SPI, naturalmente, continuou a considerar o território como reserva federal. Mas em 1963 os detentores dos títulos de domínio começaram a ocupar as terras dos índios. E não só a clara lesão de direito, mas outros problemas passaram a surgir daí, como a influência perniciososa da aproximação intempestiva e desordenada dos *civilizados*, que assim expunham e continuam a expor os índios ainda indefesos no sentido biológico, como no cultural, à violenta assimilação de suas doenças físicas e morais.

### DESGOSTO

Em 1968, o Sr. Hélio Becker, então chefe da Inspetoria de Índios em Culabá, sofreu um enfarte que ele atribui aos seus

dissabores ou problemas de Teresa Cristina. Naquele ano, o Senador Nei Braga, como Ministro da Agricultura, a quem estava subordinado o SPI, assinou convênio com o Governo de Mato Grosso, dando ao Estado, metade (30 mil hectares) das terras da reserva, em troca de um trator, 110 reses e implementos agrícolas para os índios, que ficariam com a outra parte da área, demarcadas de tal modo que lhes tocassem as zonas de floresta correspondentes a seu habitat tradicional.

A grande porção de terras para os índios, e isso acontece em todas as tribos, é justificada pelos indianistas como indispensável à vida do gentio, que pratica uma agricultura extensiva e tem por hábito movimentar-se através de grandes distâncias na selva à cata dos bens que a natureza lhe fornece para a sobrevivência. Acabar, subitamente com o seu nomadismo, seria pretender *civilizá-lo* de uma hora para outra.

Na demarcação determinada pelo convênio com o Ministério da Agricultura, o Estado de Mato Grosso deixou de cumprir a cláusula sobre a prioridade das florestas que deveriam caber aos índios, não lhes deu trator nem implementos e só agora se dispõe a entregar as reses. Estas, o delegado da Funai diz que vai receber, mas arenas a título de indenização por prejuízos causados à comunidade indígena, pois intimamente não reconhece a partilha da reserva e espera ansiosamente a regulamentação do Artigo 196 da Constituição atual, que anula todos os títulos de domínio das áreas dos índios, sem indenização das benfeitorias.

### MATANÇA

Outro problema que a expedição da Polícia Federal vai investigar se refere à reserva dos parecis, na região dominada pela serra do mesmo nome, divisor de águas das bacias Amazônica e Platina. Segundo denúncia encaminhada pela Funai, empregados da Capemi (Caixa de Pécúlio dos Militares), que adquiriram terras junto à reserva, estão matando cavalos e cachorros dos índios, e os próprios índios temem ser agredidos.

Os parecis, que hoje somam cerca de 600, são considerados grande nação indígena nas obras de vários antropólogos e outros estudiosos do gentio brasileiro, entre os quais Roquete Pinto e mesmo autores estrangeiros. Pertencentes à cultura aruaque, eles se dividem em dois grupos: ariti e kabichi. A primeira violência que sofreram, segundo os sertanistas, foi a abertura da rodovia Brasília—Acre, que prontamente trouxe para importuná-los levar consecutivas de aventureiros em busca de pedras preciosas, minérios, borracha e madeiras.

A aproximação do invasor foi fácil, pois desde 1690 que se sabe serem os parecis índios pacíficos, afetos à lavoura e tão experientes nessa atividade, que já tinham um arado de madeira quando o homem branco se encontrou. A Comissão Rondon manteve com eles vários contatos pacíficos.

### TRAICÃO

Antes da construção da rodovia, na zona hoje denominada Rio Verde, seu *habitat* tradicional, acolheram um homem conhecido por João Plauí, que entre eles viveu muitos anos e conquistou a sua confiança. Mais tarde, em 1952, João Plauí não só requereu a propriedade do que melhor havia na terra que o hospedou, mas também plotou a expulsão das malocas ali situadas. Os títulos foram concedidos pelo Governo de Mato Grosso.

Em 1965, tendo recebido um

apelo dos parecis logo após a sua nomeação para a Inspetoria do SPI em Culabá, o Sr. Hélio Becker iniciou um esforço para anular o retólicamento da terra da tribo. Finalmente, em 1968, saiu o decreto presidencial que estabeleceu a reserva dos parecis com a inclusão de Rio Verde. Mas não foi João Plauí quem perdeu boa parte da área por ele obtida, mas a Capemi, que naquela época já lhe havia comprado a propriedade.

### FILHOTISMO

Semelhante a todos esses casos, foi o que afetou, em 1957, a tribo dos Kadiwéus, que desde 1899 tinha uma reserva decaída pelo Estado de Mato Grosso e delimitada pelos rios Paraguai, Nabileque e Aquidavon e pela serra de Bodoquena.

A Assembléia Legislativa de Mato Grosso promulgou uma lei que desapropriava a reserva dos Kadiwéus. O *Diário Oficial*, que publicou a lei, publicou também os nomes dos requerentes de títulos na área desapropriada, em grande número parentes e protegidos dos militares da Assembléia.

### JUGO

Quanto ao caso dos missionários norte-americanos que teriam incinerado objetos e artefatos dos índios, refere-se à maloca de um grupo nhamibiquara em Mato Grosso, às margens do rio Camararé, perto de Rondônia.

A suspeita é de que o pastor Dunder Kisman, da South American Indian Mission, e o linguista Iran (ele adapta a Bíblia à língua dos índios) estejam, caso se confirme a denúncia, procurando submeter os índios economicamente à sua tutela, ao mesmo tempo em que, declarando "coisas do demônio", aqueles objetos e artefatos, tentam levar os indígenas ao pavor de si mesmos e, por causa do pavor, à rendição absoluta ao homem branco que ali procura subjugar, não importa que a um jugo de natureza fanático-religioso.

Na região de Mato Grosso e Rondônia, a delegacia da Funai vem se esforçando para valorizar economicamente o produto da arte indígena. Para isso, mantém desde 1965, em Culabá, um museu e uma seção de vendas, onde os índios obtiveram, em 1969, uma renda líquida de NCr\$ 25 mil com a venda de suas criações tradicionais.

Quanto à atividade irregular de missões religiosas em territórios indígenas, existe um precedente recente. No ano passado, no Posto Marechal Rondon, zonas dos xavantes, no Nordeste de Mato Grosso, o pastor Donald Krump, também da South American Indian Mission, teve duas atividades suspensas pela Funai, em vista de denúncias que lhe atribuíam a cobrança aos indígenas de dízimos semanais de NCr\$ 1,00 per capita.

### CERCO

Foi, entretanto, outro membro da mesma entidade norte-americana, o pastor Phillip D. Mosher, quem esta semana dirigiu à Delegacia da Funai em Culabá um ofício, no qual informa que a empresa Gleba Aguape S. A. está criando problemas para os índios galeras — um grupo nhamibiquara, situado a Oeste de Brasília — Acre, e que assim foi batizado em 1964 pela missão, quando de sua instalação às margens do rio Galera.

A Funai, em Culabá, tem informes segundo os quais outra empresa, a Gleba Padronal S. A. — que como a Gleba Aguape se beneficia de incentivos fiscais e financiamento da Sudat — pretende expulsar uma maloca nhamibiquara no vale do Guaporé, zona habitada por cerca de 800 membros da tribo.